

PEDRO CARLOS BITENCOURT MARCONDES

SERVIDOR PÚBLICO
TEORIA E PRÁTICA

Belo Horizonte



2016

© 2016 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paulucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Museetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabício Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

M321s Marcondes, Pedro Carlos Bitencourt
Servidor Público: teoria e prática / Pedro Carlos Bitencourt Marcondes. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

325 p.
ISBN 978-85-450-0120-1

1. Direito administrativo. 2. Direito público. 3. Direito constitucional. I. Título.

CDD: 341.3
CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MARCONDES, Pedro Carlos Bitencourt. *Servidor Público: teoria e prática*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 325p. ISBN 978-85-450-0120-1

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
SERVIDORES PÚBLICOS.....	13
1.1 Introdução	13
1.2 Conceito	13
1.3 Militares: servidores públicos?	17
CAPÍTULO 2	
INVESTIDURA.....	25
2.1 Princípio da ampla acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas	25
2.2 Concurso público	26
2.2.1 Critérios de seleção	27
2.2.2 Prazo de validade e nomeação	31
2.2.3 Reserva de vagas	37
2.3 Provimento dos cargos públicos	41
2.3.1 Provimento de cargos e obrigatoriedade do concurso público	44
2.4 Efetividade e estabilidade	47
2.5 Vitaliciedade.....	57
CAPÍTULO 3	
CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA	59
3.1 Cargo em comissão	59
3.2 Função de confiança (função comissionada/gratificada).....	61
3.3 Regime jurídico.....	61
3.4 A Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, e o nepotismo no serviço público.....	65
CAPÍTULO 4	
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.....	71
4.1 Noções.....	71
4.2 Requisitos	78
4.3 Regime jurídico.....	78

4.4	Da nulidade da contratação e seus efeitos.....	81
4.5	Da contratação de pessoal para as funções de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias prevista no art. 198, da Constituição da República.....	87
4.6	Da contratação temporária de excepcional interesse público no Estado de Minas Gerais. Leis Mineiras e controvérsias na jurisprudência do TJMG.....	91

CAPÍTULO 5

SISTEMA REMUNERATÓRIO.....		97
5.1	Conceitos	97
5.2	Irredutibilidade.....	100
5.3	Isonomia	101
5.4	Forma de fixação	102
5.4.1	Revisão geral.....	104
5.5	Vedação ao efeito cascata	105
5.6	Teto remuneratório.....	107

CAPÍTULO 6

ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES		121
6.1	Da regra da inacumulabilidade.....	121
6.2	Hipóteses permissivas.....	122
6.3	Acumulação de proventos e vencimentos.....	128
6.4	Efeitos da acumulação ilícita	136

CAPÍTULO 7

SEGURIDADE SOCIAL E REGIME PREVIDENCIÁRIO.....		143
7.1	Seguridade social: saúde, previdência e assistência social	143
7.2	Assistência à saúde	144
7.3	Previdência	145
7.3.1	Regime próprio dos servidores públicos	147
7.3.2	Aposentadoria	159
7.3.2.1	Modalidades de aposentadoria	160
7.3.2.2	Forma de cálculo e reajuste dos proventos	169
7.3.2.3	Regras de transição	170
7.3.3	Previdência Complementar	172
7.3.4	Pensão	177

CAPÍTULO 8

ASSOCIAÇÃO SINDICAL E DIREITO DE GREVE.....		183
8.1	Associação sindical	183
8.2	Direito de greve	186

CAPÍTULO 9

ESTATUTO DOS SERVIDORES DA UNIÃO FEDERAL – PONTOS RELEVANTES..... 189

9.1	Introdução	189
9.2	Vacância, remoção e redistribuição	190
9.3	Vantagens	198
9.3.1	Introdução	198
9.3.2	Conceito	199
9.3.3	Vantagens em espécie	200
9.4	Férias	212
9.5	Licenças.....	213
9.6	Afastamentos	216
9.7	Concessões.....	219
9.8	Tempo de serviço.....	221

CAPÍTULO 10

RESPONSABILIDADES..... 223

10.1	Responsabilidade civil e administrativa	224
10.2	Responsabilidade penal.....	227

CAPÍTULO 11

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DO SERVIDOR PÚBLICO..... 231

11.1	Princípios: poderes e limitações.....	231
11.1.1	Princípio da legalidade.....	232
11.1.2	Princípio da oficialidade	233
11.1.3	Princípio da segurança jurídica.....	233
11.1.4	Princípio da boa-fé	235
11.1.5	Princípio da autotutela	236
11.1.6	Princípio do devido processo legal.....	237
11.1.7	Autoexecutoriedade	239
11.2	Conceito	241
11.3	Sindicância/inquérito administrativo.....	244
11.4	Processo administrativo propriamente dito.....	246
11.5	Penalidades: Lei nº 8.112/90 e Lei nº 869/52.....	248
11.5.1	Cassação da aposentadoria	254
11.6	Revisão do processo.....	256
11.7	Prazo prescricional.....	259

CAPÍTULO 12

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	263
12.1	Introdução – A moralidade como elemento legitimador do exercício do poder no Estado Democrático de Direito 263
12.2	A moralidade pública no Brasil: vetor constitucional da atuação do Estado 266
12.3	Distinção (in)existente entre a moralidade e a probidade administrativa..... 270
12.4	Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92)..... 272
12.4.1	Competência legislativa 272
12.4.2	Sujeito passivo 276
12.4.3	Sujeito ativo..... 278
12.4.3.1	Agentes públicos 278
12.4.3.2	Terceiros..... 287
12.4.4	Tipos de improbidade 289
12.4.5	Sanções..... 294
12.4.6	Procedimento administrativo..... 300
12.4.7	Ação judicial..... 305
12.4.7.1	Legitimidade ativa 305
12.4.7.2	Legitimidade passiva..... 306
12.4.7.3	Competência 307
12.4.7.3.1	Da legitimidade <i>ad processum</i> do MP nas ações de improbidade 312
12.4.7.4	Fase preliminar 317
12.4.7.5	Prescrição..... 320
REFERÊNCIAS.....	323